



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA

## ANÁLISE DA PROPOSTA FINANCEIRA

Após a análise da Proposta financeira e Planilhas de Custos, apresentadas pela empresa J P TRES EMREENDIMENTOS E URBANIZAÇÃO LTDA, referente à “Serviços de operação de Transbordo de Resíduos Sólidos da Construção Civil e Volumosos (Conforme Lei Municipal nº 4457/2009) e Ecoponto”, Processo 112.719/2024, Pregão Eletrônico 33/2024, atestamos que:

Apresentou proposta financeira e Planilhas de Custos, bem como Planilha de Composição de BDI e de Planilha de Composição de Encargos Sociais, exigências do Termo de Referência e do Edital.

Apresentou Planilha de Composição de BDI, para o BDI adotado de 10,20%, que para serviços de Serviços de Engenharia, com máquinas, equipamentos e mão de obra, não pode ser considerado aceitável, pois é muito inferior ao limite mínimo estabelecido no Acórdão TCU nº 2.622 de 2013, que se tornou Jurisprudência (em anexo).

O BDI apresentado é inferior até mesmo ao mínimo aceitável para o “*Mero fornecimento de material e equipamentos*”.

Como sabemos da importância do BDI, que é exigência da Legislação (em especial a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 7.983/2013) e objeto de estudo dos Tribunais de Contas (União e Estaduais), constando em Acórdãos e documentos técnicos de Ministérios da União e Caixa Econômica Federal.

Nas informações do site TCU (Pesquisa Integrada), referente ao Acórdão TCU nº 2369/2011, temos a seguinte informação elucidativa: “ ... *III.1 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ... Critérios de aceitabilidade de percentual ... 47. No entanto, a Caixa estabelece o intervalo de 20% a 40% como admissível para a taxa de BDI ...*”.

Portanto, após análise da documentação apresentada no processo, a empresa J P TRES EMREENDIMENTOS E URBANIZAÇÃO LTDA deverá ser considerada **desabilitada** quanto a Proposta Financeira e a Planilha apresentada.

Era o que tínhamos a atestar.

Osório, 13 de setembro de 2024.

Cristiano Souza Camargo  
Engenheiro Civil – CREA 104 283





**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

# **TAXA DE BENEFÍCIO E DESPESAS INDIRETAS – BDI**

**(Modelos 15% e 25%)**

Modelo INSS – aplicado no orçamento Onerado – Padrão

**(Modelos 20% e 28%)**

Modelo INSS – aplicado no orçamento Desonerado

**(Em Branco)**

Preenchido pelas empresas licitantes, a ser entregue na proposta de preço

**PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO**  
**DESONERADO**  
**MODELO DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI**

ITEM	DESCRIÇÃO	%	% DIFERENCIADO
<b>A</b>	<b>CUSTOS INDIRETOS</b>	<b>7,30%</b>	<b>5,63%</b>
A.1	Administração Central (AC)	4,00%	3,45%
A.2	Despesas Financeiras (DF)	1,23%	0,85%
A.3	Riscos, Seguros e Garantias (R+S+G);	2,07%	1,33%
<b>B</b>	<b>LUCRO (L)</b>	<b>7,40%</b>	<b>5,11%</b>
<b>C</b>	<b>TRIBUTOS (T)</b>	<b>11,15%</b>	<b>8,15%</b>
C.1	FEDERAIS		
C.1.1	PIS	0,65%	0,65%
C.1.2	COFINS	3,00%	3,00%
C.1.3	CPRB 0% - Regime Não Desonerado 4,5% - Regime Desonerado	4,50%	4,50%
C.2	ESTADUAIS	0,00%	0,00%
C.3	MUNICIPAIS		
C.3.1	ISS (PONDERADO)	3,00%	0,00%

<b>BDI</b>	<b>29,79%</b>	
		<b>20,93%</b>
<b>BDI adotado</b>	<b>28,00%</b>	<b>20,00%</b>

**Observação**

- O percentual do ISS deverá observar a legislação de cada município abrangido pelo contrato, sendo adotado a média ponderada levando em consideração a área dos imóveis.

- O valor do ISS varia de 2% a 5% sobre o serviço prestado. No caso da construção civil em geral, o ISS incide apenas sobre a mão-de obra, que é o serviço prestado, excluindo os valores gastos com materiais de construção. No presente caso foi considerado o índice da Lei Complementar nº 04, de 30 de dezembro de 2010 - SEI 8110178, item 7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). O ISS (Art. 171 -pág. 69) do município consta em 5%, porém foi aplicado o fator de 60% sobre a Mão de Obra, resultando em 3,00%.

- A licitante deve adotar a correta tributação à qual esteja vinculada e caso tenha havido erro, e a tributação real seja pela CPRB, será promovido o reequilíbrio dos valores pactuados para correção da falha, caso contrário a empresa deve arcar com o ônus de seu equívoco, conforme notas introdutórias das minutas padrão do INSS.

- A licitante deve adotar 0% para o CPRB, caso faça parte do regime onerado de folha de pagamento, mas deve declarar o INSS como 20% na Aba "Planilha II-A – Mão de Obra", Submódulo 4.1, letra "A - INSS". Caso faça parte do regime desonerado, a licitante deve adotar 4,5% para o CPRB e 0% para o INSS.

- O BDI diferenciado será utilizado para o determinação dos valores de referência dos materiais e peças de reposição, conforme instrução fornecida pela Súmula 253/2010 do TCU

- Os índices utilizados foram colhidos do Acórdão TCU 2622/2013 - BDI para obras de edificações

**Fórmula utilizada para o cálculo**

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Em que:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central;

R = taxa representativa de riscos;

S = taxa representativa de seguros;

G = taxa representativa de garantias;

DF = taxa representativa das despesas financeiras;

L = taxa representativa do lucro/remuneração; e

T = taxa representativa da incidência de tributos.

**PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO**  
**ONERADO**  
**MODELO DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI**

ITEM	DESCRIÇÃO	%	% DIFERENCIADO
<b>A</b>	<b>CUSTOS INDIRETOS</b>	<b>7,30%</b>	<b>5,63%</b>
A.1	Administração Central (AC)	4,00%	3,45%
A.2	Despesas Financeiras (DF)	1,23%	0,85%
A.3	Riscos, Seguros e Garantias (R+S+G);	2,07%	1,33%
<b>B</b>	<b>LUCRO (L)</b>	<b>8,96%</b>	<b>5,11%</b>
<b>C</b>	<b>TRIBUTOS (T)</b>	<b>6,65%</b>	<b>3,65%</b>
C.1	FEDERAIS		
C.1.1	PIS	0,65%	0,65%
C.1.2	COFINS	3,00%	3,00%
C.1.3	CPRB 0% - Regime Não Desonerado 4,5% - Regime Desonerado	0,00%	0,00%
C.2	ESTADUAIS	0,00%	0,00%
C.3	MUNICIPAIS		
C.3.1	ISS (PONDERADO)	3,00%	0,00%

<b>BDI</b>	<b>25,33%</b>	
		<b>15,28%</b>
<b>BDI adotado</b>	<b>25,00%</b>	<b>15,00%</b>

**Observação**

- O percentual do ISS deverá observar a legislação de cada município abrangido pelo contrato, sendo adotado a média ponderada levando em consideração a área dos imóveis.

- O valor do ISS varia de 2% a 5% sobre o serviço prestado. No caso da construção civil em geral, o ISS incide apenas sobre a mão-de obra, que é o serviço prestado, excluindo os valores gastos com materiais de construção. No presente caso foi considerado o índice da Lei Complementar nº 04, de 30 de dezembro de 2010 - SEI 8110178, item 7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). O ISS (Art. 171 -pág. 69) do município consta em 5%, porém foi aplicado o fator de 60% sobre a Mão de Obra, resultando em 3,00%.

- A licitante deve adotar a correta tributação à qual esteja vinculada e caso tenha havido erro, e a tributação real seja pela CPRB, será promovido o reequilíbrio dos valores pactuados para correção da falha, caso contrário a empresa deve arcar com o ônus de seu equívoco, conforme notas introdutórias das minutas padrão do INSS.

- A licitante deve adotar 0% para o CPRB, caso faça parte do regime onerado de folha de pagamento, mas deve declarar o INSS como 20% na Aba "Planilha II-A – Mão de Obra", Submódulo 4.1, letra "A - INSS". Caso faça parte do regime desonerado, a licitante deve adotar 4,5% para o CPRB e 0% para o INSS.

- O BDI diferenciado será utilizado para o determinação dos valores de referência dos materiais e peças de reposição, conforme instrução fornecida pela Súmula 253/2010 do TCU

- Os índices utilizados foram colhidos do Acórdão TCU 2622/2013 - BDI para obras de edificações

**Fórmula utilizada para o cálculo**

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Em que:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central;

R = taxa representativa de riscos;

S = taxa representativa de seguros;

G = taxa representativa de garantias;

DF = taxa representativa das despesas financeiras;

L = taxa representativa do lucro/remuneração; e

T = taxa representativa da incidência de tributos.

**PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO**  
**EM BRANCO - TIMBRE DA EMPRESA**  
**MODELO DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI**

ITEM	DESCRIÇÃO	%	% DIFERENCIADO
<b>A</b>	<b>CUSTOS INDIRETOS</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
A.1	Administração Central (AC)		
A.2	Despesas Financeiras (DF)		
A.3	Riscos, Seguros e Garantias (R+S+G);		
<b>B</b>	<b>LUCRO (L)</b>		
<b>C</b>	<b>TRIBUTOS (T)</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
C.1	FEDERAIS		
C.1.1	PIS		
C.1.2	COFINS		
C.1.3	CPRB 0% - Regime Não Desonerado 4,5% - Regime Desonerado		
C.2	ESTADUAIS		
C.3	MUNICIPAIS		
C.3.1	ISS (PONDERADO)		

<b>BDI</b>	<b>0,00%</b>	
		<b>0,00%</b>
<b>BDI adotado</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

**Observação**

- O percentual do ISS deverá observar a legislação de cada município abrangido pelo contrato, sendo adotado a média ponderada levando em consideração a área dos imóveis.
- O valor do ISS varia de 2% a 5% sobre o serviço prestado. No caso da construção civil em geral, o ISS incide apenas sobre a mão-de-obra, que é o serviço prestado, excluindo os valores gastos com materiais de construção. No presente caso foi considerado o índice da Lei Complementar Municipal nº 094, de 02 de outubro de 2017 - SEI 4988798, item 7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, onde o ISS do município consta em 4%, porém foi aplicado o fator de 60% sobre a Mão de Obra, resultando em 2,40%.
- A licitante deve adotar a correta tributação à qual esteja vinculada e caso tenha havido erro, e a tributação real seja pela CPRB, será promovido o reequilíbrio dos valores pactuados para correção da falha, caso contrário a empresa deve arcar com o ônus de seu equívoco, conforme notas introdutórias das minutas padrão do INSS.
- A licitante deve adotar 0% para o CPRB, caso faça parte do regime onerado de folha de pagamento, mas deve declarar o INSS como 20% na Aba "Planilha II-A – Mão de Obra", Submódulo 4.1, letra "A - INSS". Caso faça parte do regime desonerado, a licitante deve adotar 4,5% para o CPRB e 0% para o INSS.
- O BDI diferenciado será utilizado para o determinação dos valores de referência dos materiais e peças de reposição, conforme instrução fornecida pela Súmula 253/2010 do TCU
- Os índices utilizados foram colhidos do Acórdão TCU 2622/2013 - BDI para obras de edificações

**Fórmula utilizada para o cálculo**

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Em que:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central;

R = taxa representativa de riscos;

S = taxa representativa de seguros;

G = taxa representativa de garantias;

DF = taxa representativa das despesas financeiras;

L = taxa representativa do lucro/remuneração; e

T = taxa representativa da incidência de tributos.

**ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário**

1. Processo n. TC 036.076/2011-2.
2. Grupo I; Classe de Assunto: VII – Administrativo.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

**9. Acórdão:**

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do estudo desenvolvido por grupo de trabalho constituído por membros de várias unidades técnicas especializadas deste Tribunal, com coordenação da Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif, em atendimento ao Acórdão n. 2.369/2011 – Plenário, com o objetivo de definir faixas aceitáveis para valores de taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) específicas para cada tipo de obra pública e para aquisição de materiais e equipamentos relevantes, bem como efetuar o exame detalhado da adequabilidade dos percentuais para as referidas taxas adotados em dois julgados desta Corte de Contas (Acórdãos ns.325/2007 e 2.369/2011), ambos do Plenário, com utilização de critérios contábeis e estatísticos e controle da representatividade das amostras selecionadas.

9.1. determinar às unidades técnicas deste Tribunal que, nas análises do orçamento de obras públicas, utilizem os parâmetros para taxas de BDI a seguir especificados, em substituição aos referenciais contidos nos Acórdãos ns. 325/2007 e 2.369/2011:

<b>VALORES DO BDI POR TIPO DE OBRA</b>			
<b>TIPOS DE OBRA</b>	<b>1º Quartil</b>	<b>Médio</b>	<b>3º Quartil</b>
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	20,34%	22,12%	25,00%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	19,60%	20,97%	24,23%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	20,76%	24,18%	26,44%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	24,00%	25,84%	27,86%
OBRAS PORTUARIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	22,80%	27,48%	30,95%

  

<b>BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS</b>	<b>1º QUARTIL</b>	<b>MÉDIO</b>	<b>3º QUARTIL</b>
	<b>11,10%</b>	<b>14,02%</b>	<b>16,80%</b>

9.2. orientar as unidades técnicas deste Tribunal que:

9.2.1. nas análises do orçamento de obras públicas, quando a taxa de BDI estiver fora dos patamares estipulados no subitem 9.1 deste Acórdão, procedam ao exame pormenorizado dos itens que compõem essa taxa, utilizando como diretriz para esse exame os seguintes percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos, levando-se sempre em consideração as peculiaridades de cada caso concreto:

TIPOS DE OBRA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			SEGURO + GARANTIA			RISCO		
	1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,00%	4,00%	5,50%	0,80%	0,80%	1,00%	0,97%	1,27%	1,27%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	3,80%	4,01%	4,67%	0,32%	0,40%	0,74%	0,50%	0,56%	0,97%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	3,43%	4,93%	6,71%	0,28%	0,49%	0,75%	1,00%	1,39%	1,74%
CONSTRUÇÃO DE MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	5,29%	5,92%	7,93%	0,25%	0,51%	0,56%	1,00%	1,48%	1,97%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	4,00%	5,52%	7,85%	0,81%	1,22%	1,99%	1,46%	2,32%	3,16%

TIPOS DE OBRA	DESPESA FINANCEIRA			LUCRO		
	1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	0,59%	1,23%	1,39%	6,16%	7,40%	8,96%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,02%	1,11%	1,21%	6,64%	7,30%	8,69%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	0,94%	0,99%	1,17%	6,74%	8,04%	9,40%
CONSTRUÇÃO DE MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,01%	1,07%	1,11%	8,00%	8,31%	9,51%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	0,94%	1,02%	1,33%	7,14%	8,40%	10,43%

BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS			
PARCELA DO BDI	1º Quartil	Médio	3º Quartil
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,50%	3,45%	4,49%
SEGURO + GARANTIA	0,30%	0,48%	0,82%
RISCO	0,56%	0,85%	0,89%
DESPESA FINACEIRA	0,85%	0,85%	1,11%
LUCRO	3,50%	5,11%	6,22%

9.2.2. na verificação da adequabilidade das planilhas orçamentárias das obras públicas, utilizar como referência do impacto esperado para os itens associados à administração local no valor total do



orçamento, os seguintes valores percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos:

<b>Percentual de Administração Local inserido no Custo Direto</b>	<b>1º Quartil</b>	<b>Médio</b>	<b>3º Quartil</b>
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,49%	6,23%	8,87%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,98%	6,99%	10,68%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	4,13%	7,64%	10,89%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,85%	5,05%	7,45%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	6,23%	7,48%	9,09%

9.3. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:

9.3.1. constitua grupo de trabalho, sob sua coordenação, para elaboração de estudos técnicos para a construção de composições referenciais para itens orçamentários associados à administração local, com vistas a estabelecer parâmetros de mercado para subsidiar a elaboração e a análise dos orçamentos de obras públicas, em consonância com os dispositivos legais previstos no Decreto n. 7.983/2013, em especial no art. 17, contando com a participação dos órgãos e entidades responsáveis pela manutenção de sistemas de referência de preços de obras públicas da Administração Pública Federal, a exemplo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, da Caixa Econômica Federal, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP/PR, da Eletrobras, dentre outros, e encaminhe a este Tribunal, no prazo de cento e vinte dias, os resultados dos aludidos estudos;

9.3.2. oriente os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a:

9.3.2.1. discriminar os custos de administração local, canteiro de obras e mobilização e desmobilização na planilha orçamentária de custos diretos, por serem passíveis de identificação, mensuração e discriminação, bem como sujeitos a controle, medição e pagamento individualizado por parte da Administração Pública, em atendimento ao princípio constitucional da transparência dos gastos públicos, à jurisprudência do TCU e com fundamento no art. 30, § 6º, e no art. 40, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993 e no art. 17 do Decreto n. 7.983/2013;

9.3.2.2. estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993;

9.3.2.3. adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual proporcional entre o limite máximo de 5% estabelecido no art. 8º, inciso II, da LC n. 116/2003 e o limite mínimo de 2% fixado pelo art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

9.3.2.4. estabelecer, nos editais de licitação, que as empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS apresentem demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;



9.3.2.5. prever, nos editais de licitação, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

9.3.2.6. exigir, nos editais de licitação, a incidência da taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação para os serviços novos incluídos por meio de aditivos contratuais, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto n. 7.983/2013;

9.4. encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; ao Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada – Sinicon e à Fundação Getúlio Vargas – FGV, bem como ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit e à Caixa Econômica Federal que são os responsáveis pelos principais sistemas de referência de preços utilizados nas auditorias de obras públicas, respectivamente, o Sicro e o Sinapi;

9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif que constitua processo apartado para acompanhamento do cumprimento das determinações contidas no subitem 9.3 destes autos;

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 37/2013 – Plenário.

11. Data da Sessão: 25/9/2013 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2622-37/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)  
VALMIR CAMPELO  
na Presidência

(Assinado Eletronicamente)  
MARCOS BEMQUERER COSTA  
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)  
LUCAS ROCHA FURTADO  
Procurador-Geral, em exercício



À

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO**

Sra. Pregoeira e Equipe de Apoio

pregaoosorio@gmail.com

Ref. **PREGÃO ELETRÔNICO nº 33/2024**

PROCESSO nº 108159/2024

**PROPOSTA FINANCEIRA**

**RAZÃO SOCIAL:** J P TRES EMREENDIMENTOS E URBANIZAÇÃO LTDA  
**ENDERAÇO:** AV. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO 920, SALA 205, CENTRO  
**CIDADE/UF:** OSÓRIO/RS **CEP:** 95520-000  
**CNPJ:** 10.671.889/0001-92 **I.E:** ISENTA  
**E-MAIL:** [jptres@terra.com.br](mailto:jptres@terra.com.br) **TEL.:** 51 99755-8464  
**FORMA DE PAGTO:** CONFORME EDITAL  
**VALIDADE DA PROP.:** 90 (noventa) DIAS CORRIDOS  
**DEMAIS CONDIÇÕES:** CONFORME EDITAL

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE TRANSBORDO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E VOLUMOSOS (Conforme Lei Municipal nº 4457/2009) E ECOPONTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E/OU PROJETO BÁSICO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PROPOSTA COMERCIAL E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.
Valor de material: R\$16.636,93	
Valor de mão de obra: R\$56.988,07	
<b>VALOR TOTAL: R\$73.625,00</b>	
% de BDI: 10,20%	
% de Encargos Sociais: 70,25%	
DECLARAMOS que esta proposta financeira compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes, se houver, na data de entrega da proposta e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.	
DECLARAMOS que, se vencedora do certame, apresentaremos GARANTIA de execução no percentual de 5% conforme Art. 98 da Lei 14.133/21, nos termos definidos no Termo de Referência/Memorial Descritivo/Contrato optando, se for o caso, pela seguinte modalidade: ( ) Caução em dinheiro (X) Seguro-Garantia ( ) Caução em títulos da dívida pública ( ) Fiança bancária	





Osório, 12 de setembro de 2024.



Documento assinado digitalmente  
**JOAO BATISTA DA SILVA PEIXOTO**  
Data: 12/09/2024 11:52:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente  
**QUELEN VIEIRA HOFFMANN**  
Data: 12/09/2024 12:38:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Representante Legal**  
**JOÃO BATISTA DA SILVA PEIXOTO**  
ADMINISTRADOR  
CPF: 494.632.840-87

---

**Responsável Técnico**  
**QUELEN VIEIRA HOFFMANN**  
CREA RS213347

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO  
Sra. Pregoeira e Equipe de Apoio

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO nº 33/2024  
PROCESSO nº 108159/2024

1. Operação do Transbordo/Ecoponto RSCCD e Volumosos - Rainha Ginga					
Planilha de Composição de Custos					
Orçamento Sintético					
Descrição do Item				Custo (R\$/mês)	%
<b>1. Mão-de-obra</b>				<b>R\$ 56.988,07</b>	<b>77,40%</b>
1.1. Operário cat. Catadores RSCCD e Volumosos				R\$ 18.714,02	25,42%
1.2. Técnico Habilitado (téc. Edificação, ambiental, outros)				R\$ 10.217,39	13,88%
1.3. Motorista				R\$ 4.950,36	6,72%
1.4. Vigilante Patrimonial - CBO 5173-30				R\$ 15.432,27	20,96%
1.5. Vale Transporte				R\$ 1.585,45	2,15%
1.6. Vale-refeição (diário)				R\$ 5.991,44	8,14%
1.7. Auxílio Alimentação (mensal)				R\$ 97,14	0,13%
<b>2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual</b>				<b>R\$ 994,71</b>	<b>1,35%</b>
<b>3. Veículos e Equipamentos</b>				<b>R\$ 8.704,70</b>	<b>11,82%</b>
3.1. Veículo Caminhão Poliguindaste/Caçamba				R\$ 8.704,70	11,82%
3.1.1. Depreciação				R\$ 534,74	0,73%
3.1.2. Remuneração do Capital				R\$ 435,62	0,59%
3.1.3. Impostos e Seguros				R\$ 284,22	0,39%
3.1.4. Consumos				R\$ 6.860,34	9,32%
3.1.5. Manutenção				R\$ 330,00	0,45%
3.1.6. Pneus				R\$ 259,78	0,35%
<b>4. Ferramentas e Materiais de Consumo</b>				<b>R\$ 122,87</b>	<b>0,17%</b>
<b>6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI</b>				<b>R\$ 6.814,66</b>	<b>9,26%</b>
<b>PREÇO TOTAL MENSAL COM A COLETA</b>				<b>R\$ 73.625,00</b>	<b>100%</b>
Quantitativos					
Mão-de-obra				Quantidade	
1.1. Operário cat. Catadores RSCCD e Volumosos				4	
1.2. Técnico Habilitado (téc. Edificação, ambiental, outros)				2	
1.3. Motorista				1	
1.4. Vigilante Patrimonial - CBO 5173-30				4	
<b>Total de mão-de-obra (postos de trabalho)</b>				<b>11</b>	
Veículos e Equipamentos				Quantidade	
3.1. Veículo Caminhão Poliguindaste/Caçamba				1	
<b>Fator de utilização (FU)</b>			<b>100%</b>		
<b>1. Mão-de-obra</b>					
<b>1.1. Operário cat. Catadores RSCCD e Volumosos</b>					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	1.816,57	1.816,57	
Horas Extras (100%)	hora	7,33	16,51	121,05	
Horas Extras (50%)	hora			-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		25,25	25,25	
Adicional de Insalubridade	%	40	1.962,87	785,15	
<b>Soma</b>				<b>2.748,02</b>	
Encargos Sociais	%	70,25	2.748,02	1.930,48	
<b>Total por OPERÁRIO</b>				<b>4.678,50</b>	
Total do Efetivo	homem	4	4.678,50	18.714,02	
			Fator de utilização	1,00	<b>18.714,02</b>

### 1.2. Técnico Habilitado (téc. Edificação, ambiental, outros)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (2)	mês	1	2.212,25	2.212,25	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	1.412,00		
Horas Extras (100%)	hora	7,33	20,11	147,42	
Horas Extras (50%)	hora			-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		30,75	30,75	
Base de cálculo da Insalubridade		1			
Adicional de Insalubridade	%	40	1.525,72	610,29	
<b>Soma</b>				<b>3.000,70</b>	
Encargos Sociais	%	70,25	3.000,70	2.107,99	
<b>Total por TÉCNICO HABILITADO</b>				<b>5.108,69</b>	
Total do Efetivo	homem	2	5.108,69	10.217,39	
			Fator de utilização	1,00	<b>10.217,39</b>

### 1.3. Motorista

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (2)	mês	1	2.126,18	2.126,18	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	1.412,00		
Horas Extras (100%)	hora	7,33	19,33	141,68	
Horas Extras (50%)	hora			-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		29,56	29,56	
Base de cálculo da Insalubridade		1			
Adicional de Insalubridade	%	40	1.525,72	610,29	
<b>Soma</b>				<b>2.907,70</b>	
Encargos Sociais	%	70,25	2.907,70	2.042,66	
<b>Total por MOTORISTA</b>				<b>4.950,36</b>	
Total do Efetivo	homem	1	4.950,36	4.950,36	
			Fator de utilização	1,00	<b>4.950,36</b>

### 1.4. Vigilante Patrimonial - CBO 5173-30

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	1.897,58	1.897,58	
Horas Extras (100%)	hora	7,33	17,25	126,45	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		26,38	26,38	
Base de cálculo Adicional Noturno		1			
Adicional Noturno	%	30	215,71	215,71	
<b>Soma</b>				<b>2.266,12</b>	
Encargos Sociais	%	70,25	2.266,12	1.591,95	
<b>Total por VIGILANTE</b>				<b>3.858,07</b>	
Total do Efetivo	homem	4	3.858,07	15.432,27	
			Fator de utilização	1,00	<b>15.432,27</b>

### 1.5. Vale Transporte

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Vale Transporte	R\$	1	5,15		
Dias Trabalhados por mês	dia	26			
Operário	vale	208	3,05	635,22	
Técnico Habilitado	vale	104	1,69	175,60	
Motorista	vale	52	2,70	140,23	
Vigilante Patrimonial	vale	208	3,05	634,40	
					<b>1.585,45</b>

### 1.6. Vale-refeição (diário)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Operário	unidade	104	19,18	1.994,72	
Técnico Habilitado	Unidade	52	19,18	997,36	
Motorista	Unidade	104	25,64	2.666,56	
Vigilante Patrimonial	unidade	26	12,80	332,80	
					<b>5.991,44</b>

### 1.7. Auxílio Alimentação (mensal)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Operário	unidade	4	-	-	
Técnico Habilitado	Unidade	2			
Motorista	Unidade	1	97,14	97,14	
		Fator de utilização		1,00	97,14

**Custo Mensal com Mão-de-obra (R\$/mês)**

**56.988,07**

## 2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual

### 2.1. Uniformes e EPIs

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Jaqueta com reflexivo (NBR 15.292)	unidade	6	55,00	9,17	
Calça	unidade	3	50,00	16,67	
Camiseta	unidade	3	20,00	6,67	
Boné	unidade	6	15,00	2,50	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	6	54,90	9,15	
Meia de algodão com cano alto	par	1	8,90	8,90	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	6	27,90	4,65	
Colete reflexivo	unidade	6	12,25	2,04	
Luva de proteção	par	1/2	4,98	9,96	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	1	13,41	13,41	
Higienização de uniformes e EPIs	R\$ mensal	1	82,00	82,00	
Total do Efetivo	homem	4	165,11	660,45	
		Fator de utilização		1,00	660,45

### 2.2. Uniformes e EPIs para demais categorias

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Jaqueta com reflexivo (NBR 15.292)	unidade	12	55,00	4,58	
Calça	unidade	3	50,00	16,67	
Camiseta	unidade	3	20,00	6,67	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	6	54,90	9,15	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	6	27,90	4,65	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	2	13,41	6,71	
Higienização de uniformes e EPIs	R\$ mensal	1	63,00	63,00	
Total do Efetivo	homem	3	111,42	334,27	
		Fator de utilização		1,00	334,27

**Custo Mensal com Uniformes e EPIs (R\$/mês)**

**994,71**

## 3. Veículos e Equipamentos

### 3.1. Veículo Caminhão Poliguindaste/Caçamba

#### 3.1.1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassi	unidade	1	92.000,00	92.000,00	
Vida útil do chassi	anos	10			
Idade do veículo	anos	10			
Depreciação do chassi	%	65,18	92.000,00	59.965,60	
<b>Depreciação mensal veículos coletores</b>	<b>mês</b>	<b>120</b>	<b>59.965,60</b>	<b>499,71</b>	
Custo de aquisição do compactador	unidade	1	25.000,00	25.000,00	
Vida útil do compactador	anos	20			
Idade do compactador	anos	20			
Depreciação do compactador	%	33,63	25.000,00	8.407,50	
<b>Depreciação mensal do compactador</b>	<b>mês</b>	<b>240</b>	<b>8.407,50</b>	<b>35,03</b>	
<b>Total por veículo</b>				<b>534,74</b>	
<b>Total da frota</b>	<b>unidade</b>	<b>1</b>	<b>534,74</b>	<b>534,74</b>	
		Fator de utilização		1,00	534,74

### 3.1.2. Remuneração do Capital

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassi	unidade	1	92.000,00	92.000,00	
Taxa de juros anual nominal	%	10,75			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	32.034,40			
Investimento médio total do chassi	R\$	32.034,40			
<b>Remuneração mensal de capital do chassi</b>	<b>R\$</b>		<b>286,97</b>	<b>286,97</b>	
Custo do compactador	unidade	1	25.000,00	25.000,00	
Taxa de juros anual nominal	%	10,75			
Valor do compactador proposto (V0)	R\$	16.592,50			
Investimento médio total do compactador	R\$	16.592,50			
<b>Remuneração mensal de capital do compactado</b>	<b>R\$</b>		<b>148,64</b>	<b>148,64</b>	
<b>Total por veículo</b>				<b>435,62</b>	
<b>Total da frota</b>	<b>unidade</b>	<b>1</b>	<b>435,62</b>	<b>435,62</b>	
			Fator de utilização	1,00	<b>435,62</b>

### 3.1.3. Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	1,00	2.348,00	2.348,00	
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	1,00	104,36	104,36	
Seguro contra terceiros	unidade	1,00	958,30	958,30	
<b>Impostos e seguros mensais</b>	<b>mês</b>	<b>12</b>	<b>3.410,66</b>	<b>284,22</b>	
			Fator de utilização	1,00	<b>284,22</b>

### 3.1.4. Consumos

<b>Quilometragem mensal</b>	<b>2.200</b>				
Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de óleo diesel / km rodado	km/l	2,80	5,780		
Custo mensal com óleo diesel	km	2.200	2,064	4.541,43	
Custo de óleo do motor / 1.000 km rodados	l/1.000 km	5,00	18,99		
Custo mensal com óleo do motor	km	2.200	0,095	208,89	
Custo de óleo da transmissão / 1.000 km	l/1.000 km	1,00	25,80		
Custo mensal com óleo da transmissão	km	2.200	0,026	56,76	
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km	l/1.000 km	15,00	60,90		
Custo mensal com óleo hidráulico	km	2.200	0,914	2.009,70	
Custo de graxa / 1.000 km rodados	kg/1.000 km	1,00	19,80		
Custo mensal com graxa	km	2.200	0,020	43,56	
<b>Custo com consumos/km rodado</b>	<b>R\$/km rodado</b>		<b>3,118</b>		
					<b>6.860,34</b>

### 3.1.5. Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de manutenção do caminhão	R\$/km rodado	2.200	0,15	330,00	
					<b>330,00</b>

### 3.1.6. Pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do jogo de pneus 16PR/275/80R22,5	unidade	6	1.518,00	9.108,00	
Número de recapagens por pneu	unidade	1			
Custo de recapagem	unidade	6,00	450,00	2.700,00	
Custo jg. compl. + 1 recap./ km rodado	km/jogo	100.000	11.808,00	0,12	
Custo mensal com pneus	km	2.200	0,12	259,78	
					<b>259,78</b>

### Custo Mensal com Veículos e Equipamentos (R\$/mês)

					<b>8.704,70</b>
--	--	--	--	--	-----------------

### 4. Ferramentas e Materiais de Consumo

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Pá de Concha	unidade	1/3	32,60	10,87	
Carrinho	unidade	1/3	280,00	93,33	
Vassoura	unidade	1/3	18,50	6,17	
Outros	cj	1/12	150,00	12,50	
					<b>122,87</b>



### 3.1.2. Remuneração do Capital

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassi	unidade	1	92.000,00	92.000,00	
Taxa de juros anual nominal	%	10,75			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	32.034,40			
Investimento médio total do chassi	R\$	32.034,40			
<b>Remuneração mensal de capital do chassi</b>	<b>R\$</b>		<b>286,97</b>	<b>286,97</b>	
Custo do compactador	unidade	1	25.000,00	25.000,00	
Taxa de juros anual nominal	%	10,75			
Valor do compactador proposto (V0)	R\$	16.592,50			
Investimento médio total do compactador	R\$	16.592,50			
<b>Remuneração mensal de capital do compactado</b>	<b>R\$</b>		<b>148,64</b>	<b>148,64</b>	
<b>Total por veículo</b>				<b>435,62</b>	
<b>Total da frota</b>	<b>unidade</b>	<b>1</b>	<b>435,62</b>	<b>435,62</b>	
			Fator de utilização	1,00	<b>435,62</b>

### 3.1.3. Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	1,00	2.348,00	2.348,00	
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	1,00	104,36	104,36	
Seguro contra terceiros	unidade	1,00	958,30	958,30	
<b>Impostos e seguros mensais</b>	<b>mês</b>	<b>12</b>	<b>3.410,66</b>	<b>284,22</b>	
			Fator de utilização	1,00	<b>284,22</b>

### 3.1.4. Consumos

<b>Quilometragem mensal</b>	<b>2.200</b>				
Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de óleo diesel / km rodado	km/l	2,80	5,780		
Custo mensal com óleo diesel	km	2.200	2,064	4.541,43	
Custo de óleo do motor /1.000 km rodados	l/1.000 km	5,00	18,99		
Custo mensal com óleo do motor	km	2.200	0,095	208,89	
Custo de óleo da transmissão /1.000 km	l/1.000 km	1,00	25,80		
Custo mensal com óleo da transmissão	km	2.200	0,026	56,76	
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km	l/1.000 km	15,00	60,90		
Custo mensal com óleo hidráulico	km	2.200	0,914	2.009,70	
Custo de graxa /1.000 km rodados	kg/1.000 km	1,00	19,80		
Custo mensal com graxa	km	2.200	0,020	43,56	
<b>Custo com consumos/km rodado</b>	<b>R\$/km rodado</b>		<b>3,118</b>		
					<b>6.860,34</b>

### 3.1.5. Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de manutenção do caminhão	R\$/km rodado	2.200	0,15	330,00	
					<b>330,00</b>

### 3.1.6. Pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do jogo de pneus 16PR/275/80R22,5	unidade	6	1.518,00	9.108,00	
Número de recapagens por pneu	unidade	1			
Custo de recapagem	unidade	6,00	450,00	2.700,00	
Custo jg. compl. + 1 recap. / km rodado	km/jogo	100.000	11.808,00	0,12	
Custo mensal com pneus	km	2.200	0,12	259,78	
					<b>259,78</b>

### Custo Mensal com Veículos e Equipamentos (R\$/mês)

					<b>8.704,70</b>
--	--	--	--	--	-----------------

### 4. Ferramentas e Materiais de Consumo

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Pá de Concha	unidade	1/3	32,60	10,87	
Carinho	unidade	1/3	280,00	93,33	
Vassoura	unidade	1/3	18,50	6,17	
Outros	cj	1/12	150,00	12,50	
					<b>122,87</b>

### Custo Mensal com Ferramentas e Materiais de Consumo (R\$/mês)

					<b>122,87</b>
--	--	--	--	--	---------------

<b>CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R\$/mês)</b>					<b>66.810,35</b>
<b>6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI</b>					
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Custo unitário</b>	<b>Subtotal</b>	<b>Total (R\$)</b>
Benefícios e despesas indiretas	%	10,20	66.810,35	6.814,66	
					<b>6.814,66</b>
<b>CUSTO MENSAL COM BDI (R\$/mês)</b>					<b>6.814,66</b>
<b>PREÇO MENSAL TOTAL (R\$/mês)</b>					<b>73.625,00</b>

2. Composição dos Encargos Sociais			3. CAGED	
Código	Descrição	Valor	Rio Grande do Sul - Coleta de Resíduos Não-Perigosos - CNAE 38114	
A1	INSS	20,00%	Admissões	2100
A2	SESI	1,50%	Desligamentos	2031
A3	SENAI	1,00%	Dispensados com justa causa	44
A4	INCRA	0,20%	Dispensados sem justa causa	1192
A5	SEBRAE	0,60%	Espontâneos	372
A6	Salário educação	2,50%	Fim de contrato por prazo determinado	22
A7	Seguro contra acidentes de trabalho	3,00%	Término de contrato	350
A8	FGTS	8,00%	Aposentados	1
A	<b>SOMA GRUPO A</b>	<b>36,80%</b>	Mortos	30
			Transferência de saída	0
B1	Férias gozadas	6,19%	Acordo	0
B2	13º salário	8,33%	Indicadores	
B3	Licença Paternidade	0,06%	Estoque recuperado início do Período 01-01-2019	4625
B4	Faltas justificadas	0,82%	Estoque recuperado final do Período 31-12-2019	4694
B5	Auxílio acidente de trabalho	0,31%	Variação Emprego Absoluta de 01-01-2019 a 31-12-2019	69
B6	Auxílio doença	1,66%		
B	<b>SOMA GRUPO B</b>	<b>17,37%</b>	Estoque Médio	4659,5
			% Demitidos s/ Justa Causa em relação ao Estoque Médio	25,58%
C1	Aviso prévio indenizado	2,56%	Taxa de Rotatividade	44,33%
C2	Férias indenizadas	4,54%	Rotatividade temporal (meses)	27,0704
C3	Férias indenizadas s/ aviso previo inden.	0,13%	Dias ano	360
C4	Depósito rescisão sem justa causa	2,05%	1/3 de férias (dias)	10
C5	Indenização adicional	0,18%	Férias (dias)	30
C	<b>SOMA GRUPO C</b>	<b>9,46%</b>	13º Salário (dias)	30
			Dias de Aviso prévio	36
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	6,39%	FGTS	8%
D2	Reincidência de FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,23%	Multa FGTS	40%
D	<b>SOMA GRUPO D</b>	<b>6,62%</b>		
	<b>SOMA (A+B+C+D)</b>	<b>70,25%</b>		

4. Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas					
			Referência estudo TCE		
			1° Quartil	Médio	3° Quartil
Administração Central	AC	1,00%	2,97%	5,08%	6,27%
Seguros/Riscos/Garantias	SRG	0,86%	0,86%	1,33%	1,71%
Lucro	L	2,00%	7,78%	10,85%	13,55%
Despesas Financeiras	DF	0,07%	i	10,75%	
Tributos - ISS	T	2,00%	DU	20	
Tributos - PIS/COFINS		3,65%			
Fórmula para o cálculo do BDI:					
{[(1+AC+SRG) x (1+L) x (1+DF)] / (1-T)} -1					
Resultado do cálculo do BDI:			10,20%	21,43%	27,17%
				33,62%	

5. Depreciação Referencial TCE/RS (%)		6. Remuneração de Capital
Idade do veículo (ano)	Depreciação Média	Fórmula de cálculo da remuneração de capital:
1	33,63	$J_m = \frac{I_m \times i}{12}$
2	43,13	$I_m = (V_0 - V_r) \frac{(n+1)}{2n} + V_r$
3	48,68	
4	52,62	$J_m$ = remuneração de capital mensal
5	55,68	$i$ = taxa de juros do mercado (sugere-se adotar a taxa SELIC)
6	58,18	$I_m$ = investimento médio
7	60,29	$V_0$ = valor inicial do bem
8	62,12	$V_r$ = valor residual do bem
9	63,73	$n$ = vida útil do bem em anos
10	65,18	
11	66,48	
12	67,67	
13	68,77	
14	69,79	
15	70,73	

Osório, 12 de setembro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JOAO BATISTA DA SILVA PEIXOTO  
Data: 12/09/2024 12:32:22-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** QUELEN VIEIRA HOFFMANN  
Data: 12/09/2024 12:39:43-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Representante Legal**  
JOÃO BATISTA DA SILVA PEIXOTO  
ADMINISTRADOR  
CPF: 494.632.840-87

**Responsável Técnico**  
QUELEN VIEIRA HOFFMANN  
CREA RS213347



À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO  
Sra. Pregoeira e Equipe de Apoio

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO nº 33/2024  
PROCESSO nº 108159/2024

PLANILHA DEMONSTRATIVO DE CUSTOS							
OBJETO: Operação do Transbordo/Ecoponto RSCCD e Volumosos - Rainha Ginga							
BDI: 10,20%		ORÇAMENTO COM DESONERAÇÃO					
Encargos Sociais sobre a mão de obra: 70,25%							
1.		EQUIPE DE TRABALHO (MÃO DE OBRA)	Unidade	Qntd.	Custo Unit. S/ BDI	Custo Unit. C/ BDI	Custo Total
1.1	COMP	Técnico (Ens. Médio) habilitado (Téc. em Edificações, Ambiental , e outros)/mês	unit.	2,00	R\$ 5.108,69	R\$ 5.629,78	R\$ 11.259,55
1.2	COMP	Operário categoria Catadores de RSCCD e Volumosos/mês	unit.	4,00	R\$ 4.678,50	R\$ 5.155,71	R\$ 20.622,84
1.3	COMP	Motorista de caminhão	unit.	1,00	R\$ 4.950,36	R\$ 5.455,30	R\$ 5.455,30
1.4	COMP	Vigilante Patrimonial (CBO 5173-30)	unit.	4,00	R\$ 3.858,07	R\$ 4.251,59	R\$ 17.006,37
1.5	COMP	Vale Transporte	mês	1,00	R\$ 1.585,45	R\$ 1.747,17	R\$ 1.747,17
1.6	COMP	Vale Refeição	mês	1,00	R\$ 5.991,44	R\$ 6.602,57	R\$ 6.602,57
1.7	COMP	Auxílio Alimentação	mês	1,00	R\$ 97,14	R\$ 107,05	R\$ 107,05
TOTAL ITEM 1					R\$		62.800,84
2.		UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO	Unidade	Qntd.	Custo Unit. S/ BDI	Custo Unit. C/ BDI	Custo Total
2.1	COMP	Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual conf. NBR e Legislação Vigente/mês	mês	1,00	R\$ 994,71	R\$ 1.096,17	R\$ 1.096,17
TOTAL ITEM 2					R\$		1.096,17
3.		VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	Unidade	Qntd.	Custo Unit. S/ BDI	Custo Unit. C/ BDI	Custo Total
3.1	COMP	Veículo caminhão com Poliguindaste para caçambas estacionárias de 4m³ e 15 caçambas 4m³					
3.1.1	COMP	Depreciação	mês	1,00	R\$ 534,74	R\$ 589,28	R\$ 589,28
3.1.2	COMP	Remuneração de Capital	mês	1,00	R\$ 435,62	R\$ 480,05	R\$ 480,05
3.1.3	COMP	Impostos e Seguros	mês	1,00	R\$ 284,22	R\$ 313,21	R\$ 313,21
3.1.4	COMP	Consumos	mês	1,00	R\$ 6.860,34	R\$ 7.560,09	R\$ 7.560,09
3.1.5	COMP	Manutenção	mês	1,00	R\$ 330,00	R\$ 363,66	R\$ 363,66
3.1.6	COMP	Pneus	mês	1,00	R\$ 259,78	R\$ 286,28	R\$ 286,28
TOTAL ITEM 3					R\$		9.592,58
4.		FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSUMO	Unidade	Qntd.	Custo Unit. S/ BDI	Custo Unit. C/ BDI	Custo Total
4.1	COMP	Ferramentas e Materiais de Consumo	mês	1,00	R\$ 122,87	R\$ 135,40	R\$ 135,40
TOTAL ITEM 4					R\$		135,40
TOTAL POR MÊS						R\$	73.625,00
TOTAL ANUAL (12 MESES)						R\$	883.500,00

Osório, 12 de setembro de 2024.

J P TRES EMPREENDIMENTOS  
E URBANIZACAO  
LTDA:10671889000192

Assinado de forma digital por J P TRES  
EMPREENDIMENTOS E URBANIZACAO  
LTDA:10671889000192  
Dados: 2024.09.12 15:08:11 -03'00'

J P TRES EMPREEND. E URB. LTDA